



escola de gestores
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

ADAPTAÇÃO E ACEITAÇÃO PARA A VERDADEIRA INCLUSÃO

LESSANDRA JUSTINO GUIMARÃES

BELO HORIZONTE, 2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

ADAPTAÇÃO E ACEITAÇÃO PARA A VERDADEIRA INCLUSÃO

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Ana Paula da Silva Rodrigues do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2015

FOLHA DE APROVAÇÃO

Lessandra Justino Guimarães

ADAPTAÇÃO E ACEITAÇÃO PARA A VERDADEIRA INCLUSÃO

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 21 de março de dois mil e quinze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof^a. Joyce Rodrigues Silva Gonçalves – Avaliadora

Prof^a. Ana Paula da Silva Rodrigues – Orientadora

Lessandra Justino Guimarães – Cursista

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos da Escola Estadual Professor Mário Junqueira Ferraz, principalmente ao turno da manhã, por meio do qual tive a oportunidade de ingressar neste curso, e em especial ao meu marido, Paulo Cesar, por sempre acreditar em mim e em meu potencial.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade de realizar este curso e principalmente por conseguir chegar até o final.

Agradeço, em especial, a minha filha, Isabelle, que com grande maturidade, apesar da pouca idade, soube compreender minha ausência em alguns passeios para a dedicação à leitura e realização das atividades.

Agradeço, também, ao meu marido, Paulo Cesar, que com destreza e compreensão me auxiliou a administrar meu tempo entre a vida profissional, pessoal e de estudante, sempre com palavras de carinho e incentivo.

Não poderia de deixar de agradecer a mais nova amiga, embora conhecida de longa data, Arthemisa Costa Freitas Guimarães, que contribuiu com sua vasta experiência ao longo do desenvolvimento das atividades e dicas de estudo.

Por fim, agradeço aos meus colegas de grupo por juntos fazermos um verdadeiro trabalho em equipe e, por último, e nem por isso menos importante, às professoras Fernanda, Ana Paula, Lisa e Maria Angélica, que, com sabedoria e paciência, auxiliaram nesta indescritível conquista.

“O vento é o mesmo, mas sua resposta é diferente em cada folha.”

Cecília Meireles

RESUMO

O presente trabalho visa uma reflexão sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema regular de ensino de uma forma mais ampla e dentro do contexto da Escola Municipal Coronel Manoel Dias Ferraz, da cidade de São Lourenço – MG, buscando atender as legislações vigentes em prol do direito de uma educação de qualidade para todos. Trata-se de uma mobilização e conscientização de toda a gestão escolar, os profissionais da escola, os alunos, a família e a comunidade para uma adaptação e conseqüente e verdadeira aceitação. Observou-se que essa situação deve ocorrer não somente na Escola supracitada, mas em todas as escolas do sistema regular de ensino e conseqüentemente essas devem preocupar-se de, juntamente com a comunidade escolar através do seu colegiado, atribuir um capítulo específico sobre o referido tema em seus Projetos Políticos Pedagógicos. Além disso, é válido ressaltar que o tema da inclusão não deve ser abordado apenas no papel, ou seja, uma exigência meramente burocrática, mas principalmente na prática de forma que todos estejam de mente e coração abertos para receber o aluno com necessidades especiais seja qual for sua especificidade.

Palavras-chave: Inclusão, Legislação, Adaptação, Aceitação, Necessidades Especiais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I - A Inclusão e Terminologias Afins.....	11
CAPÍTULO II – A Inclusão e sua Prática Pedagógica.....	14
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
REFERÊNCIAS.....	19
ANEXO - Projeto Político Pedagógico.....	20

INTRODUÇÃO

A questão dos portadores de necessidades especiais é tão antiga, no entanto atualmente, é tratada como uma novidade nas instituições de ensino regular.

Em 1854, no Brasil Imperial abriu-se a primeira instituição para atendimento especializado para meninos cegos – Instituto Brasileiro dos Meninos Cegos – IBC. Depois, em 1857, foi aberto o INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos. Muito tempo depois, ou seja, 69 anos após a abertura do INES, Pestalozzi - uma das entidades mais respeitadas do Brasil e referência no atendimento e assistência à pessoa com deficiência, surge com o intuito atender às crianças com deficiência intelectual, que até então não se ouvia falar.

Em 1954 foi aberta a primeira APAE – Associação de Pais e Alunos Excepcionais no Brasil com atendimento de diversas deficiências. No entanto, o atendimento a alunos com deficiência só aparece como direito na Constituição Federal de 1988, no inciso III, do artigo 208:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

Mesmo com embasamento legal, nem sempre o direito dos portadores de necessidades especiais é atendido. Trata-se de uma questão cultural, que infelizmente a própria família não aceita a situação.

Outrora a sociedade realizava a Segregação, em que os Deficientes Intelectuais eram marginalizados, pois esses eram motivo de vergonha para a família. Depois, tentou-se realizar a Integração, onde os Portadores de Deficiência Intelectual passou a atuar no mesmo ambiente daqueles que não apresentava nenhuma deficiência, porém não havia o menor cuidado e atenção para com esses. Sendo um ser, “café-com-leite¹”. Atualmente, realiza-se, ou pelo menos tenta realizar, a Inclusão, em que a escola interfere no meio e/ou busca recursos para atender o aluno com deficiência adequando-se a ele e não o aluno à escola.

¹ Sujeito que não tem valor. Por exemplo, em uma brincadeira de pique-pega, ele corre, brinca, mas não pega ninguém e ninguém pega ele.

É válido ressaltar que vários são os documentos legais que abordam e norteiam a questão da Inclusão, tais como a Declaração de Salamanca (1994), que trata-se de uma resolução das Nações Unidas que aborda os princípios, a política e a prática em educação especial, sempre a favor dos direitos humanos.

As Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica (2001) também norteiam as escolas e seus dirigentes a como trabalhar com o aluno portador de deficiência e como preparar a escola, bem como seu pessoal para recebê-lo:

Para a definição das ações pedagógicas, a escola deve prever e prover, em suas prioridades, os recursos humanos e materiais necessários à educação na diversidade. (BRASIL, 2001, p. 42)

O artigo 2º da LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, afirma:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996)

E neste sentido o Projeto Político Pedagógico da escola deve adequar-se para o atendimento de todos os alunos, inclusive aqueles portadores de necessidades especiais.

Dessa forma ao analisar o Projeto Político Pedagógico da escola estudada, ou seja, a Escola Municipal Coronel Manuel Dias Ferraz, do município de São Lourenço, foi possível identificar essa deficiência em abordar a questão da Inclusão. É importante abordar sobre o perfil da escola em questão, para maior entrosamento do leitor.

Assim a Escola Municipal Coronel Manoel Dias Ferraz é uma escola de periferia da cidade de São Lourenço – MG, trata-se de uma escola de médio porte, com 254 (duzentos e cinquenta e quatro) alunos e 40 (quarenta) funcionários. É uma escola da rede municipal de educação e atende a Educação Infantil e o Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano).

O perfil do corpo discente até pouco tempo era de “alunos problemáticos”, fora da faixa etária, muitos sendo inclusive menores infratores. Mas, com o empenho e comprometimento da nova gestão, esse quadro vem se modificando cada vez

mais de forma positiva, pois o modelo de gestão democrática, que visa conscientizar a importância da participação de cada um, seja funcionário, aluno ou família, no processo ensino-aprendizagem tem feito diferença.

É fato que houve consideráveis melhoras na escola tanto no setor administrativo como no pedagógico. Inclusive, a escola tem se destacado pelo o seu crescimento coerente nos resultados do IDEB, ou seja, nas Avaliações Externas. Assim como as melhoras vem acontecendo, fruto de um trabalho engajado na gestão democrática, cresce também o atendimento dos alunos com necessidades especiais e esses estão sendo inseridos ao ensino regular e precisam ter os seus direitos garantidos e, conseqüentemente seus direitos precisam estar claros na Proposta Político Pedagógica da escola, o que até então não foi possível verificar.

CAPÍTULO I

A INCLUSÃO E TERMINOLOGIAS AFINS

Fala-se muito em inclusão, em aceitar o aluno que possui necessidades especiais. No entanto, o que vem a ser essa inclusão, que tipo de necessidades especiais os alunos que estão sendo incluídos nas escolas regulares de ensino possuem e o que é preciso fazer para recebê-los?

É necessária a compreensão dos termos: Inclusão, portador de deficiências e necessidades especiais para melhor compreensão sobre inclusão escolar. Assim, inclusão, segundo o Mini Dicionário da Língua Portuguesa (BUENO, 2007) é o ato ou efeito de incluir-se. Pode se dizer daquele que até o momento não fazia parte do grupo como um todo e passa a fazê-lo. Segundo, Rosita Edler Carvalho, em seu livro Removendo Barreiras para a aprendizagem:

(...) a expressão “pessoa portadora de deficiência” destaca-se a pessoa que “carrega” (porta, possui) uma deficiência, pretende-se que “necessidades especiais” evidenciem a responsabilidade social de prever e prover meios de satisfazê-las (CARVALHO, 2000, p.15).

Foi nos anos 70, que o conceito de necessidades educacionais especiais, em substituição das categorias deficiência ou desajustamento social e educacional, foi abrangentemente mais utilizado, graças a um relatório de Mary Warnock a uma investigação de quatro anos sobre as condições da educação especial inglesa².

Segundo as Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica (2001, p.45), entende-se por Educação Especial a soma de conhecimentos, tecnologias, recursos humanos e materiais didáticos que devem atuar na relação pedagógica para garantir uma resposta educativa de qualidade às necessidades educacionais especiais.

² Conceito disponível em < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Defici%C3%Aancia>>. Acesso 20 fev. 2015.

Deficiência é o termo usado para definir a ausência ou disfunção de uma estrutura psíquica, fisiológica ou anatômica³. Assim, os alunos que apresentam alguma deficiência diferenciam-se por uma dificuldade específica ou mais de uma.

Dessa forma, várias são as deficiências e para cada uma delas é necessário um recurso. Para o surdo, a Língua Brasileira de Sinais; para o cego, o braile; para o deficiente físico; adaptações no ambiente e nos materiais; e para o deficiente intelectual? O desafio é grande tanto para a família como para a escola. Deficiência Intelectual é um déficit da inteligência, em que a criança possui uma limitação em pelo menos duas das seguintes habilidades: comunicação; autocuidado; vida no lar; adaptação social, saúde e segurança; uso de recursos da comunidade; determinação; funções acadêmicas; lazer e trabalho⁴.

Assim como a mãe que recebe a notícia de gerar um filho com deficiência, passado o susto, ela corre atrás de informações e se prepara para recebê-lo da melhor forma, a escola também deve se preparar e adequar-se.

Todos precisam refletir sobre a inclusão, pois não há inclusão sem aceitação de fato. A escola e a gestão devem adequar-se seja referente à estrutura física, contratação de pessoal e/ou compra de recursos materiais; assim a professora que receber a criança com necessidade especial deve abrir a mente e o coração, além de conduzir a diferença, o possível preconceito em sala e preparar um planejamento adequado a essa criança para que não ocorra a falsa inclusão, deixando o aluno com necessidades especiais às margens da sala de aula.

Essa é uma adaptação, no entanto, não é a única. Há também a oferta do AEE – Atendimento Educacional Especializado, que visa à complementação da formação do educando com necessidades especiais com intuito de complementar sua formação e não a substituição do ensino regular além de ser um serviço da educação especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminam as barreiras para a plena participação dos alunos considerando suas necessidades específicas (SEESP/SEED/MEC 2007, p. 5), visto que o aluno em horário contra turno volta à escola para o atendimento

³ Conceito disponível em < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Defici%C3%Aancia>>. Acesso 20 fev. 2015.

⁴ Definição disponível em <www.portaldecursosrapidos.com.br/deficienciaintelectual>. Acesso 20 fev. 2015.

especializado. Trata-se de uma sala de recursos multifuncionais para que o aluno seja atendido preferencialmente de forma individual ou em pequenos grupos. Esse serviço deve ser contemplado no Projeto Político Pedagógico da escola.

CAPÍTULO II

A INCLUSÃO E SUA PRÁTICA PEDAGÓGICA

De acordo com Carvalho (2000), a Declaração de Salamanca – a qual pode-se considerar como um marco histórico para a educação especial – não traz uma recomendação decisiva para que as escolas de educação especiais deixem de existir. Pelo contrário, nos alerta para a sua excelente contribuição para implementação da educação inclusiva e demonstra sua preocupação com o aumento excessivo de espaços segregados para o aluno com necessidades especiais, que passa a ser excluído devido à ineficiência do processo ensino-aprendizagem das escolas de ensino regular, as quais muitas vezes acabam por rotular e “expulsar” o aluno com necessidades educacionais especiais.

OLIVEIRA *et al* (2012) realizam um relato de pesquisa sobre a dificuldade de aprendizagem em outro ponto de vista, não apenas do aluno que não aprende ou entendeu, mas também e principalmente do processo de ensinagem, pois, de acordo com a pesquisa realizada, foi possível verificar falhas no processo de ensino, assim devemos

assumir que as dificuldades de aprendizagem somente serão devidamente superadas se considerarmos também as dificuldades de *ensinagem* presentes nos processos ensino-aprendizagem deflagrados em nossas escolas. (OLIVEIRA *et al*, 2012, p.95)

Essa fala se fundamenta no dizer dos respectivos autores quando afirmam que:

Diante dos resultados da pesquisa, concluiu-se que os educadores possuíam carência de conhecimentos fundamentais para a sua prática pedagógica, no que concerne o processo de alfabetização, muito embora a maioria tivesse formação condizente com o que é preconizado pela LDB. Provavelmente em função dessas dúvidas, os professores interpretavam as manifestações do processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem escrita como dificuldades de aprendizagem. (Idem, p. 96)

Esse é um fator relevante, além da ausência da família e más condições socioeconômicas, a diferenciação entre um aluno que necessita de atendimentos especiais e aquele que apresenta uma dificuldade na aquisição da escrita, ou seja, em seu processo. Pois, segundo Farias (2007, *apud* OLIVEIRA *et al* 2012), atribuir um rótulo a um aluno com dificuldade de aprendizagem talvez seja simples, no entanto é importante observar as circunstâncias em que essa criança apresenta tal

dificuldade. Além de observar os motivos que a levaram à situação atual. Pois, há muita diferença entre a criança estar com dificuldade e ela ser deficiente, ou seja, ter uma carência que dificulte o seu processo de ensino aprendizagem.

Assim, além da prática de ensino devemos levar em conta três agentes educacionais, segundo Benitez; Domeniconi (2014): a família, o professor da educação especial e o da educação regular, todos interligados ao processo da inclusão, cabendo a cada um desses a seguinte função no processo ensino-aprendizagem do aluno com necessidades especiais:

Cabe ao professor de Educação Especial disponibilizar os serviços e serviços pedagógicos, orientar quanto à utilização de tais recursos e serviços no processo de ensino e aprendizagem e realizar o atendimento educacional especializado. Cabe ao professor da sala de aula regular trabalhar os conteúdos previstos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) e, aos pais, as funções de acompanhar e auxiliar os seus filhos no desenvolvimento de atividades da tarefa de casa, assim como de organizar o espaço e o tempo dedicados ao estudo, de fornecer instrumentos para o estudo, com o propósito de favorecer o sucesso escolar de seus filhos (BENITEZ; DOMENICONI, 2012, p. 372).

Mais uma vez, se fazem necessários a conscientização e o envolvimento de todos no processo complexo da inclusão, envolvendo diversos seguimentos da sociedade: o diretor, o coordenador pedagógico, professores, alunos, pais, familiares e comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Carvalho (2000) argumenta que:

a presença da deficiência não implica, necessariamente, dificuldades de aprendizagem. De outro lado, inúmeros alunos apresentam distúrbios de aprendizagem e não são, necessariamente, portadores de deficiência. Mas ambos os grupos têm necessidades educacionais especiais, exigindo recursos educacionais que não são utilizados na “via comum” da educação escolar, para alunos das mesmas idades. (CARVALHO, Pag.16, 2000)

Portanto a Escola M. Cel. Dias Ferraz deve adequar-se para educar na diversidade e esse procedimento deve constar, em seu Projeto Político Pedagógico, de forma a envolver todos num propósito de conscientização do processo educativo escolar, ou seja: educadores, gestores, alunos, pessoal administrativo, a participação da família, as parcerias com a comunidade. Além das adequações no ambiente físico no que se refere à acessibilidade, outros fatores merecem atenção quanto à inclusão: recursos financeiros e materiais, suas origens, a quantidade disponível, se suficiente ou não, a periodicidade com que esses materiais são recebidos, bem como a manutenção de equipamentos e instalações.

A prática pedagógica também deve ser observada, verificando-se se está mais centrada no ensino ou na aprendizagem, se tradicional ou não. As avaliações devem ser ponderadas em todos os processos. Para que ocorra uma avaliação coerente. Essa questão nos remete imediatamente à formação do corpo docente, ou seja do professor que estará responsável pelo processo ensino-aprendizagem do educando que possui necessidades especiais, seja ele apenas com distúrbios da aprendizagem ou não. (CARVALHO, 2000).

Pois há o professor que transmite conhecimentos e aquele preocupado com a pessoa de seu aluno. O favorecimento da aprendizagem de qualquer aluno implica, para o educador, saber o que é o processo de aprendizagem e do como ele se dá. Para Sánchez; Romeu (1996, apud CARVALHO, 2000, p.27)

O professor requer uma série de estratégias organizativas e metodológicas em sala de aula. Estratégias capazes de guiar sua intervenção desde processos reflexivos, que facilitem a construção de uma escola onde se favoreça a aprendizagem dos alunos como uma reinterpretação do conhecimento e não como uma mera transmissão da cultura.

Portanto, a capacitação inicial e contínua do corpo docente deve estar na lista

das adaptações para uma verdadeira adaptação. Outro ponto a ser analisado é o currículo e as adaptações curriculares.

A prática de letramento inclusivo, através de textos, influencia direta ou indireta no processo de inclusão das pessoas com necessidades especiais (SATO; MAGALHÃES; JÚNIOR, 2012). Para esses autores,

Com o cruzamento do discurso de Ensino Regular (que prioriza os conteúdos) com o discurso do Ensino Especial (que prioriza a adequação), surgem os gêneros híbridos, (...). Os gêneros emergem a partir de gêneros preexistentes. Essas mudanças acontecem no âmbito da linguagem, da estrutura composicional, da seleção vocabular e dos propósitos, transformando os gêneros já conhecidos em gêneros das práticas de letramento inclusivo (SATO; MAGALHÃES; JÚNIOR, 2012, p.710)

Dessa forma, os autores nos chamam a atenção para a falta de acesso ao letramento da Educação Inclusiva, situação essa que foi vencida pela apresentação da legislação, ou seja, pelo poder dominante institucional. Na Escola Municipal Coronel Manoel Dias Ferraz, houve, e sempre haverá, a resistência por parte do corpo docente. No entanto, houve também alguns cuidados para implantação das práticas de letramento inclusivo: a) Preparo burocrático (cerca de 6 encontros) referentes a legislação e estudos voltados às necessidades especiais; b) Presença de um profissional da educação especial, assim como um suporte técnico pedagógico e ideológico; c) além de uma reorganização administrativa, que envolve desde a documentação necessária aos recursos financeiros da secretaria referente ao sistema de educação. É importante a preparação para o recebimento correto do aluno com necessidades especiais.

Assim, enfatiza-se a necessidade de que todos se preparem com intuito de melhor receber esse alunado e não atribuir a ele a responsabilidade de se adequar à nova escola.

Um falcitador e também indicador do processo tanto da aprendizagem como da inclusão em si é a avaliação, que permite acompanhar e replanejar as ações pedagógicas. Lembrando que não se trata apenas de avaliar exclusivamente o aluno, mas o que ocorre em sala de aula, o funcionamento da escola e até o sistema educativo. Tal avaliação deve ter a participação da família, pois é de suma importância para a remoção de barreiras, indicando ou não a necessidade de apoio, na escola ou mesmo fora dela. A família pode contribuir muito esclarecendo e informando peculiaridades necessárias à inclusão (CARVALHO, 2000).

Enfim, todo o processo de inclusão social e, principalmente no âmbito escolar,

solicita um elenco altamente profissional e responsável capaz de mobilizar-se física, burocrática e emocionalmente em prol de uma verdadeira educação de qualidade e inclusiva.

REFERÊNCIAS

BENITEZ, Priscila e DOMENICONI, Camila. **Capacitação de Agentes Educacionais**: Proposta de Desenvolvimento de Estratégias Inclusivas. Rev. Bras. Ed. Esp. Marília, v. 20, n. 3, p. 371-386, Jul.- Set, 2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDBEN - Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 8 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, edições Câmara, 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial. MEC. SEESP, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998

BUENO, Silveira. **Mini Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. São Paulo: FTD, 2007.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo Barreiras para a Aprendizagem**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

OLIVEIRA, Jáima Pinheiro, et al. **Concepções de Professores sobre a temática das chamadas Dificuldades de Aprendizagem**. Rev. Bras. Ed. Esp. Marília, v.18, n.1, p. 93-112, Jan.- Mar, 2012.

Escola Municipal Coronel Dias Ferraz. 2012. São Lourenço- MG. **Proposta Política Pedagógica**.

SATO, Denise Tamaê Borges; MAGALHÃES, Izabel e JÚNIOR, José Ribamar Lopes Batista. **Desdobramento recentes da Educação Inclusiva no Brasil**: discursos e práticas de letramento. RBLA, Belo Horizonte, v. 12, n. 4, p. 699-724, 2012.

SEESP / SEED / MEC. **Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado**: Deficiência Mental. Brasília/DF, 2007.

ANEXO

Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Coronel Manoel Dias Ferraz



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
CORONEL MANOEL DIAS FERRAZ**

**ALEXANDRA CRISTINO MULLOR DE CARVALHO
ANA CRISTINA DE JESUS
EVALDO DE SOUZA
LESSANDRA JUSTINO GUIMARÃES
MARIA DE FÁTIMA PINTO CORRÊA**

SÃO LOURENÇO, 2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
CORONEL MANOEL DIAS FERRAZ**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Lisa Paula Andrade Vilela de Oliveira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

SÃO LOURENÇO, 2014

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	03
1. FINALIDADES DA ESCOLA	05
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	07
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa	07
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica	08
3. CURRÍCULO	11
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	13
5. PROCESSOS DE DECISÃO	17
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	20
7. AVALIAÇÃO	23
7.1 Avaliação Escolar do Educando	23
7.2 Avaliação do Processo	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS	29
ANEXOS	33

INTRODUÇÃO

A realização deste documento, ou seja, do Projeto Político Pedagógico (PPP) é uma conquista da nova concepção de educação e mais do que uma nova concepção é o rompimento com o sistema tradicional educacional, onde predominava a centralização do poder do diretor escolar sobre todo e qualquer assunto seja ele administrativo e/ou pedagógico da escola. Para compreender melhor o significado deste documento, Souza nos diz que:

No ponto de vista metodológico, é um processo político através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola. (SOUZA, 2005. s/n.)

Assim, trata-se de um documento, o qual toda escola, independentemente de sua esfera, deve conter. Pois, é uma leitura fidedigna de sua realidade, em que nele constam várias questões abordadas na escola e pela escola. Esse documento, de acordo com Celso Antunes (), nos permite identificar onde estamos; para onde vamos e como fazer para chegar onde queremos. É toda a filosofia de trabalho da escola e sua existência, bem como a sua finalidade que se fazem imprescindíveis, pois é através deste documento que há um direcionamento da força de trabalho de todos.

Diante do exposto a Escola Municipal Coronel Manoel Dias Ferraz juntamente com a sua equipe e comunidade escolar registra neste documento sua concepção com relação a sua crença sobre a *Finalidade da Educação*; apresenta a sua *Estrutura Organizacional*; a dinâmica do seu *Tempo Escolar*; como se desenvolve os *Processos de Decisão* e suas *Relações de Trabalho* e por fim, esclarece sobre as *Avaliações* e suas ramificações.

Porém, antes, se faz necessário conhecer um pouco mais sobre Escola M. Cel. Manoel Dias Ferraz. Trata-se de uma escola de periferia, na qual atende a Educação Infantil e Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano). Faz parte da autarquia da rede municipal de Educação da cidade de São Lourenço – MG e está vinculada à Secretaria Regional de Caxambu. A escola em questão está situada à Rua Heitor Modesto, nº 360 – Bairro: Estação. Atualmente, possui em seu quadro de pessoal 40(quarenta)profissionais e 338 (trezentos e trinta e oito) alunos. Atua nos períodos matutino e vespertino.

Para atender toda essa demanda é indispensável um Projeto Político Pedagógico coerente com a realidade da clientela. Assim, para a sua elaboração precisa ter claro o significado de um projeto. Gadotti nos esclarece que:

fazer um projeto significa lançar-se para a frente, antever futuro. O projeto é, pois, um planejamento em longo prazo, atividade racional, consciente e sistematizada que as escolas realizam para traçarem a sua identidade como organização educativa. (GADOTTI; 1994, s/n)

Pois, muitas são as escolas que possuem o PPP, conforme pesquisa “Retrato da Escola no Brasil” (GRACINDO, 2004) apud AZEVEDO, Janete Maria Lins de. No entanto, ainda não são construídos de forma democrática, sendo muitas vezes, fruto da experiência do diretor. Souza está correto quando diz: “(...) a lei não conceitua, o que é gestão democrática, mesmo que defina elementos básicos para a sua consecução”. (SOUZA; 2005, s/n). Mas, isso não justifica a elaboração do PPP de forma solitária ou por pessoas fora do contexto escolar.

Assim, a elaboração deste documento tem como orientadora a diretora da escola em questão e a participação da coordenação pedagógica, o corpo docente, profissionais da escola de todos os setores, pais e responsáveis de alunos e, principalmente, o colegiado escolar. Cada tema aqui apresentado, deve ser discutido, em reuniões para que, após as decisões sejam feitas seus registros. Porém, SOUZA (2005) nos chama a atenção de que nada adianta a criação de conselhos, reuniões, eleições se não houver uma real vontade e comprometimento dos envolvidos, sejam os profissionais, a família ou mesmo a comunidade como um todo e em contra partida nesses espaços propostos para o diálogo, em que a gestão propõe, só terá razão de existir se a gestão de fato, ouvir além de permitir a participação de todos e respeitar suas opiniões.

Enfim, está lançado mais um desafio a esta gestão que propõe e se compromete com a verdadeira gestão pública educacional brasileira.

1 - FINALIDADES DA ESCOLA

A Escola Municipal Coronel Manoel Dias Ferraz é uma escola de periferia da cidade de São Lourenço – MG, que, por anos, abrigou “alunos problemáticos”, fora da faixa etária, muitos sendo inclusive menores infratores, e portanto, tem como principal finalidade a mudança deste perfil, através de um olhar direcionado para o aluno transformando-o em sujeito ativo do processo educativo. Acredita-se que ao transformar seu contexto, ele – aluno – se transformará também.

As exigências sociais do mundo atual fazem com que a escola tenha uma missão desafiadora, mas com paciência, persistência, comprometimento e, sobretudo, amor será possível cumprir seu papel de estado e garantir ao aluno o pleno desenvolvimento intelectual e emocional, preparando-o para o exercício da cidadania e sua posterior qualificação para o trabalho. Pois, de acordo com o preceito contido no artigo 205, da CF/88, uns dos objetivos da educação é a qualificação do homem para o exercício da cidadania, com plena participação na construção e administração do Estado, no exercício de seus direitos e deveres individuais, sociais e políticos. Assim a escola deve assumir seu papel social como instrumento de diminuição das discriminações assegurando o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e de convívio através de uma gestão democrática voltada para a obtenção de padrão de qualidade (Cury, pp. 7 e 11), bem como executar sua proposta pedagógica; administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros; assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidos; velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente; prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento; articular-se com as famílias e a comunidade e criar processos de integração da sociedade com a escola; informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica; notificar o Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo Representante do Ministério Público sempre que o aluno ultrapassar o limite de faltas permitido por lei, conforme preceito contido no artigo 12, da Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, e artigos 37, *caput*, e 205, todos da Constituição Federal de 1988.

O ensino será ministrado com bases na igualdade de condições para o acesso e permanência na Escola, com gestão democrática e com possibilidades de introduzir mudanças planejadas e compartilhadas que pressupõem a ruptura com a

cultura da reprovação. Busca-se uma educação de qualidade para todos os cidadãos.

Com intuito de alcançar sua finalidade a escola ainda propõe objetivos tais como, assegurar maior envolvimento do corpo docente e demais funcionários, evidenciado pela mudança de sua postura, na participação da elaboração e execução, avaliação e revisão da Proposta Político Pedagógica da Escola. Essa, por sua vez, nasce do movimento de ação-reflexão-ação, que nunca estará pronto e acabado. Ações como: a revisão das metodologias e recursos usados no dia a dia, usando permanentemente técnicas inovadoras; reflexão profunda sobre as dificuldades de aprendizagem, em sala de aula e, proposição de ações concretas para saná-las, discutidas nos Conselhos de Classe, permite a garantia da qualidade do ensino.

Por fim, os artigos compreendidos entre o 205 e o 214, CF/88, que cuidam especificamente da educação e os preceitos contidos na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e considerando que a “escola é uma instituição de serviço público que se distingue por oferecer o ensino como um bem público” (Cury; 2006, p.20) a Escola Municipal Coronel Manoel Dias Ferraz, na condição de ente municipal de educação pública de Ensino Fundamental, e com a colaboração da família e da sociedade, visa praticar, sempre, uma gestão democrática, com possibilidades contínuas de introdução de mudanças planejadas, deliberadas e compartilhadas com a comunidade escolar, que busca uma educação de qualidade para todos, sem qualquer discriminação.

2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ESCOLA MUNICIPAL CORONEL MANOEL DIAS FERRAZ

2.1- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA

Trata-se de uma escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) que possui em seu quadro de pessoal 40(quarenta)profissionais, assim divididos: uma diretora, uma vice-diretora, uma supervisora pedagógica, um secretário escolar, um auxiliar de secretaria, dois auxiliares de biblioteca, dezoitodocentes, dois professores recuperadores, que quando necessário desempenham a função de eventual, dois inspetores de alunos, cinco auxiliares de serviços gerais e 254 (duzentos e cinquenta e quatro) alunos, sendo do Maternal vinte alunos, da Educação Infantil sessenta e quatro e do Ensino Fundamental cento e setenta alunos. Além desses, a escola conta com o colegiado e os pais de alunos.

Em sua estrutura física a escola possuino prédio mais antigo 4 salas de aula, 1 brinquedoteca, 1 biblioteca, 1 secretaria, 1 sala de professores, 1 sala de direção e supervisão, 3 banheiros, 1 cantina,1 depósito, 1 quadra poliesportiva coberta. Nas novas instalações, ainda não concluídas, já estão funcionando no 1º andar, 6 salas de aulas.

Quanto ao recurso material, a escola apresenta computadores; aparelhos de som; Videoteca com DVD e CD diversos: caixas com diversos Jogos Pedagógicos; brinquedos, cartazes; livros diversos; data show: mural; "TV de LCD 32"; aparelhos de DVD; caixas de Som instaladas nos corredores; caixas de Som amplificadas com microfones; alfabetos, calendários permanentes e numerais padronizados para todas as salas; mapas, globo e cartazes impressos de conteúdos diversos; suportes para partituras, pastas e microfone; porta gêneros textuais; cantinho de leitura.

Quanto ao financeiro é mantida pela verba do governo PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola, que tem como objetivo principal prestar uma assistência financeira às escolas públicas de Educação Básica nas esferas: Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, bem como às escolas privadas de Educação Especial, que sejam filantrópicas e devidamente registradas no Conselho Nacional de Assistência Social e outras desde que ofereçam atendimento gratuito ao público. O valor a ser repassado para cada escola é de acordo com o número de alunos tendo como base o Censo Escolar do ano anterior ao ano do repasse e essa ação não depende de nenhuma celebração de convênio.

Com intuito de cumprir e fazer o que determina o inciso III, do artigo 13, da Lei nº 9.394/96 bem como zelar pela aprendizagem do aluno, vez que o educando é “o polo e a finalidade da escola” (Cury; 2006, p.17) a escola procura sempre junto à administração pública municipal - SME, oferecer, condições adequadas de ensino. Pois, há também, um auxílio da referida secretaria quanto à manutenção da estrutura física, materiais pedagógicos e dentro do que é permitido por lei, recursos humanos. No entanto, mesmo com a ajuda dos órgãos públicos, a escola procura aproveitar as datas comemorativas para que possa, em parceria da comunidade escolar, arrecadar fundos para melhorias na escola, as quais são devidamente discutidas entre professores e funcionários, bem como apresentadas para o colegiado, o qual muitas vezes, incrementa e/ou define prioridades. Em todos os casos a escola observa as normas de direito financeiro público.

2.2- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA

A escola visa ministrar o ensino de qualidade baseada nos princípios de liberdade, igualdade e nos ideias de solidariedade humana assegurando a todos a igualdade de condições para o acesso e permanência na Escola, valendo-se, sempre, de critérios extrínsecos e intrínsecos ao ato pedagógico (Cury; 2006, p.14; DOURADO; 2006, p.6).

Para uma boa estrutura pedagógica a escola possui alguns cuidados, principalmente para com o Planejamento de Ensino. Pois os docentes, a Supervisão Pedagógica e a Direção elaboram o planejamento anual dividido por bimestres adequando o novo livro didático à matriz curricular. Este material serve como suporte para o desenvolvimento dos trabalhos pedagógicos do 1º ao 5º ano. Já Educação Infantil, utiliza-se de Material Apostilado da editora Positivo.

As turmas de 3º e 5º ano do Ensino Fundamental recebem um cronograma de preparação dos alunos para as avaliações externas e a partir do mês de março inicia-se o Projeto de Leitura onde todos os funcionários da escola são envolvidos com o propósito de incentivar o gosto e a fluência na leitura. O projeto acontece semestralmente, e em cada semestre é trabalhado um autor.

São aplicadas estratégias de atendimento diferenciadas aos alunos com dificuldades de aprendizagem, traçadas mediante diagnóstico, sendo oportunizados o reforço escolar extra turno e a recuperação paralela.

Uma metodologia adotada com frequência na E. M. Cel. Manoel Dias Ferraz, devido às enturmações heterogêneas, é o sistema de monitoramento, com intuito daqueles alunos que apresentam maior facilidade no processo ensino-aprendizagem auxiliem aqueles que apresentam maior dificuldade.

Outro fator importante é a busca por estratégias diferenciadas, através do professor recuperador, do psicopedagogo e das diversas fontes que se apresentam para tornar eficiente o processo ensino aprendizagem.

Uma preocupação é com relação à organização do ambiente-alfabetizador, para transformar as salas alfabetizadoras em lugares propícios e motivadores para a criança, despertando o seu interesse pela leitura, a escola oferece material padronizado para todas as salas de aula: alfabeto com os quatro tipos de letras, calendário, os números, porta gêneros textuais, além de um cantinho para leitura. Sendo esse de suma importância.

No entanto, tem o planejamento como a base para o sucesso, por isso é feito um planejamento anual prévio e a Supervisão Pedagógica acompanha a aplicação do mesmo junto aos professores e alunos. Além de formar agrupamentos produtivos de alunos, considerando seus conhecimentos e suas características pessoais, o corpo docente, deve reconhecer-se como modelo de referência para os alunos: como leitor, como usuário da escrita e como parceiro durante as atividades.

Para que o processo ensino-aprendizagem aconteça da forma mais favorável possível a escola utiliza-se das seguintes metodologias: Trabalhos diversos em grupo, individual, pesquisas e etc.; Exposição de trabalhos; Apresentações diversas; Vídeos, palestras, debates, jogos, gincanas e excursões; Apresentação de gêneros diversos, através de histórias, contos, livros e culminância dos projetos desenvolvidos.

O atendimento visa vinte e cinco alunos por sala, porém há salas cujas estruturas físicas são menores, passando a atender vinte alunos apenas.

Enfim, a Escola Municipal Coronel Manoel Dias Ferraz buscaministrar o ensino de qualidade baseada nos princípios de liberdade, igualdade e nos ideias de solidariedade humana assegurando a todos a igualdade de condições para o acesso

e permanência na Escola, valendo-se, sempre, de critérios extrínsecos e intrínsecos ao ato pedagógico (Cury;2006, p.14; DOURADO; 2006, p.6);

3- CURRÍCULO

Para abordar melhor a concepção de currículo é importante compreender primeiro o seu significado etimológico, ou seja, currículo é uma palavra de origem latina e significa o caminho da vida, o sentido, a rota de uma pessoa ou grupo de pessoas. Currículo indica processo, movimento, percurso. Deve ser entendido como componente central do procedimento da educação institucionalizada.

O currículo escolar pode ter várias concepções de acordo com as experiências e entendimento de mundo que se tem, podendo chegar, muitas vezes, a definições até mesmo contraditórias. Muitos consideram currículo apenas a grade curricular, ou seja, a divisão em disciplinas e os conteúdos trabalhados por elas. A escola deve optar por um currículo que leve o aluno a desenvolver habilidades como o senso crítico e a ética.

O que deve ficar claro é que currículos não são conteúdos prontos a serem passados aos alunos. Pois, segundo Veiga:

Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito. (VEIGA; 2002, p.7)

Tal concepção vem de acordo com Moreira e Silva quando afirmam que:

O currículo não é um veículo que transporta algo a ser transmitido e absorvido, mas sim um lugar em que, ativamente, em meio a tensões, se produz e se reproduz a cultura. Currículo refere-se, portanto, a criação, recriação, contestação e transgressão. (Moreira e Silva; 1994, s/n).

Nessa perspectiva, é importante que consideremos a escola como um espaço de cruzamento de culturas e saberes. A escola deve ser concebida como um espaço ecológico de cruzamento de culturas (Pérez Gómez, 1998). A responsabilidade específica que a distingue de outros espaços de socialização e lhe confere identidade e relativa autonomia é exatamente a possibilidade de promover análises e interações das influências plurais que as diferentes culturas exercem, de forma permanente, sobre as novas gerações.

Uma escola democrática e inclusiva possui em seu aluno um grande tesouro, pois conta com uma imensa diversidade cultural. Nesta instituição o currículo é

construído considerando a riqueza trazida pela comunidade. Segundo Stoer e Cortesão, 1999 o professor não pode ser um "daltônico cultural", isto é não valorizar o "arco-íris de culturas" que encontra nas salas de aulas e com quem precisa trabalhar, não tirando, proveito da riqueza que marca esse panorama. Trabalhamos hoje com a certeza de que um plano curricular eficiente contempla a riqueza das diferenças encontradas em seus discentes.

Moreira em seu texto Currículo sem Fronteiras (2001) faz uma comparação interessante entre o tronco de uma árvore com a grade nacional comum, a ser seguida por todas as instituições de ensino. Assim, compara também seus galhos com os conteúdos específicos a serem ministrados, os quais devem corresponder a parte diversificada exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. No entanto, as escolas devem ter como principal material de consulta a Matriz Curricular, que no caso da Escola M. Cel. Manoel Dias Ferraz segue a do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

É válido ressaltar que a Escola em questão comunga com o pensamento de Freire e Shor quando definem uma visão diferenciada de currículo:

Adotando outra perspectiva, sugeriram que se organizasse o currículo criativamente, a partir de uma pedagogia que considerando os temas, as necessidades e a linguagem dos alunos, reinventasse o conhecimento e o utilizasse no desvelamento das relações de poder da sociedade. Daí a preferência dos autores associados à educação popular por currículo mais localmente definido, ao invés de currículos decididos em instâncias centrais, para todo um sistema escolar. (Freire e Shor; 1987, s/n.).

Por fim, a questão do currículo é ainda uma conquista a alcançar, pois conforme estatísticas de Moreira, os especialistas na área da Educação preferem o aperfeiçoamento na arte de ensinar invés daquela que dedica o que ensinar. Portanto,

A questão curricular corresponde a um processo contínuo e complicado de desenho do ambiente escolar, um ambiente simbólico, material e humano constantemente em reconstrução. Esse desenho, para elaborar-se requer o técnico, o político, o estético e o ético, (MOREIRA; 2001, 44 apud Apple; 1991.)

Certamente o real envolvimento de todos neste processo será possível por em prática o currículo almejado por todos educadores, em que o contexto e as peculiaridades locais sejam melhores trabalhadas.

4- ESPAÇOS E TEMPOS ESCOLARES

Quem teve a ideia de cortar o tempo em fatias, a que se deu o nome de ano, foi um indivíduo genial. Industrializou a esperança, fazendo-a funcionar no limite da exaustão. Doze meses dão para qualquer ser humano se cansar e entregar os pontos. Aí entra o milagre da renovação e tudo começa outra vez, com outro número e outra vontade de acreditar que daqui pra diante vai ser diferente.

(Cortar o tempo – DRUMMOND)

A escola atual apresenta espaços e tempos mecânicos, tecnicistas e tradicionais confirmados se analisarmos o texto abaixo que reflete um estudo sobre os colégios dos séculos XV e XVI:

[...] Depois, este tempo é repartido em períodos anuais; horários estritos e bem carregados dividem as matérias pelos dias e horas.

Relógios e sinetas, já presentes no século XV e muito difundidos no século XVI, marcam agora as atividades escolares. Os alunos dispõem de um tempo limitado para assimilar determinadas matérias, para entregar os temas e para apresentar-se aos exames.

É o princípio dos prêmios pelo desempenho escolar, das censuras e das recompensas, dos alunos brilhantes e dos preguiçosos. A cada ano, “os bons” são promovidos e “os maus”, rebaixados ou eliminados. A seleção escolar passa a ser munida de bases institucionais, do enquadramento temporal e das relações de imposições pedagógicas necessárias a seu desdobramento progressivo e contínuo. (PETITAT apud BENCOSTA; 2007. p. 152).

Por isso, precisamos atualizar nossa maneira de compreender a infância e conseqüentemente pensar, com ela, sua educação. Podemos pensar, então, que sendo a escola parte constitutiva do todo social, ela refletirá todas as mudanças ocorridas nas concepções que significam a vida, transformando-se internamente e promovendo mudanças na ilimitada realidade do extramuro escolar.

Assim, a Escola Municipal Coronel Manoel Dias Ferraz vem, passo a passo, tentando mudar esse paradigma. Em que a organização do tempo escolar é feita em consonância com a LDB nº 9394/96, onde são estipulados 200 dias letivos de efetivo trabalho escolar, com uma carga horária anual mínima de 833 horas e 20 minutos, excluído o tempo destinado ao recreio e exame final, quando houver. São 40 (quarenta) semanas letivas, sendo 50 minutos - módulo, perfazendo 4 horas e 30 minutos. Porém, mesmo sem um espaço físico suficiente propõe ao seu alunado com dificuldade em acompanhar o “tempo da escola” uma oportunidade de uma atenção especial para atender a peculiaridade desses alunos. Conhecido por todos

como reforço extra turno. Uma luta que com o passar do tempo, com a persistência da atual gestão e conscientização da família, vem tendo êxito dia após dia.

Hoje, a escola em questão possui 5 (cinco) salas, dentre estas, 5 (cinco) funcionam no turno matutino e 6 (seis) no vespertino, tendo sido necessário o funcionamento de uma turma na Biblioteca, com média de 20 alunos e a desativação temporária do Laboratório de Informática para o funcionamento de duas turmas; uma no período da manhã e outra no período da tarde.

As salas possuem cadeiras e carteiras adequadas para a faixa etária atendida, banheiro feminino e masculino, bebedouro e refeitório.

São considerados dias de efetivo trabalho escolar ou dias letivos aqueles que envolvem professores e alunos de cada turma, em atividades de ensino e aprendizagem, de caráter obrigatório, independentemente do local onde se realizem.

As atividades escolares (que correspondem ao efetivo trabalho escolar) são realizadas na sala de aula e em outros ambientes educativos, para trabalhos teóricos e práticos, necessários à plenitude da ação formadora, obrigatórias para todos os alunos desde que seja feito o registro da frequência do aluno e orientação de professor habilitado.

Segue abaixo, o cronograma com Programação das Atividades Escolares desenvolvidas na Escola Municipal Cel. Manoel Dias Ferraz.

CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES ESCOLARES	
Mês	Atividades
Janeiro	Planejamento do ano letivo Início do ano Letivo
Fevereiro	1ª Assembleia da Comunidade Escolar; Introdução do trabalho pedagógico referente ao 1º Bimestre
Março	Desenvolvimento dos trabalhos pedagógicos
Abril	Desfile em homenagem ao aniversário da cidade; Consolidação dos trabalhos pedagógicos
	Conselho de classe para avaliação do término do 1º bimestre; Reunião do Colegiado. Introdução do trabalho pedagógico referente ao 2º Bimestre

Maio	
	Homenagem às mães;
Junho	
	Desenvolvimento dos trabalhos pedagógicos
	Culminância do projeto de Leitura
	Conselho de classe e término do 2º bimestre.
	Encerramento do semestre com a Festa Junina interna;
Julho	
	14/07 – Retorno do Recesso Escolar
	Introdução do trabalho pedagógico referente ao 3º Bimestre
Agosto	
	Desenvolvimento dos trabalhos pedagógicos
Setembro	
	Desfile (Independência do Brasil);
	Desenvolvimento dos trabalhos pedagógicos
	Consolidação dos trabalhos pedagógicos
	Realização de avaliações externas
	Conselho de classe e término do 3º bimestre.
Outubro	
	Recesso
	Festa da Rainha da Primavera
	Introdução do trabalho pedagógico referente ao 4º Bimestre
	Assembleia do Colegiado e do Conselho Fiscal do Caixa Escolar;
Novembro	
	Renovação de matrículas;
	Desenvolvimento dos trabalhos pedagógicos
	Consolidação dos trabalhos pedagógicos
	Conselho de classe e término do 4º bimestre.
Dezembro	
	Matrículas novas;
	Recuperação e conselho de classe final
	Encerramento do ano letivo.

Com intuito de garantir a execução do cronograma a Supervisão Pedagógica tem por finalidade planejar, acompanhar e avaliar todas as atividades pedagógicas desenvolvidas no estabelecimento de ensino. Bem como assessorar os docentes na escolha e utilização dos procedimentos e recursos didáticos mais adequados para

que os objetivos sejam alcançados. Orientar os professores sobre as estratégias mediante as quais as dificuldades identificadas possam ser trabalhadas e sanadas dentro do possível. E ainda encaminhar a instituições especializadas e aos devidos especialistas os alunos com dificuldades que requeiram um atendimento especializado.

Cabe ainda ao supervisor capacitar seus professores, preferencialmente nas reuniões pedagógicas para que os mesmos se mantenham sempre atualizados e motivados para o desenvolvimento do trabalho.

Além da orientação citada acima cabe ao supervisor a preparação do Plano de Intervenção na busca de sanar as dificuldades de aprendizagem, realizar a correção da defasagem idade série e finalmente traçar um planejamento paralelo que propicie a consolidação das competências relativas a matriz de referência presente nas avaliações externas.

O Ensino Fundamental é ministrado do 1º ao 5º ano, organizado em regime seriado e fundamentado em critérios que garantam o atendimento aos alunos no processo de aprendizagem, resguardadas às disposições e determinações legais vigentes.

Enfim, a equipe gestora da Escola Municipal Coronel Manoel Dias Ferraz visa sempre o melhor aos seus alunos, sempre buscando adequações necessárias para obter o sucesso de cada aluno.

5-PROCESSOS DE DECISÃO

A Escola Municipal Coronel Manoel Dias Ferraz é integrante do Sistema Municipal de Ensino, diretamente ligada à Secretaria Municipal de Educação, que é um braço da administração direta do Município de São Lourenço, a quem cabe, juntamente com os Conselhos Municipais e equipes pedagógicas e gestoras das unidades escolares, traçar as diretrizes educacionais do Município, respeitadas as normas cuja competência cabe à Secretaria de Estado de Educação que, no caso de São Lourenço, manifesta-se pela 7ª. SRE/Caxambu. Assim, quando uma situação, seja ela administrativa ou pedagógica, foge da competência da direção da escola e de sua equipe, recorre-se às instâncias supracitadas, sendo respeitada a hierarquia, primeiro à SME e, se necessário, à SRE.

A Escola Municipal Coronel Manoel Dias Ferraz procura trabalhar da forma mais democrática possível. As decisões são tomadas pela equipe pedagógica, que busca sempre atender os interesses e necessidades de toda comunidade escolar.

A equipe gestora sempre ouve os envolvidos: os professores, os alunos, os pais de alunos e demais segmentos ligados ao contexto escolar. O diretor deve ter, e tem, uma atuação democrática, o que propicia uma liderança positiva, que orienta o caminho levando às decisões que sempre visam ao sucesso da educação como um todo.

Assim, com essa postura de uma nova proposta educacional, rompe com as tradicionalistas formas de gerir, em que a centralização do poder e dos processos de decisões figuravam-se apenas no papel do diretor escolar. Assim, Fonseca nos orienta:

(...) tornar as escolas eficazes torna-se então, a principal meta das reformas, o que por sua vez, implicaria adotar também outra visão de gestão escolar, que sinalizasse para a emergência de uma nova cultura na escola, ancorada em três eixos: a descentralização, a autonomia e a liderança escolar. (FONSECA; 1995 et ali. p. 53).

Para compor o Colegiado Escolar e demais órgãos colegiados, o diretor da escola, na primeira Assembleia Geral, deve convocar todos os funcionários, bem como todo o corpo docente e pais de alunos para escolha e eleição dos representantes da Comunidade Escolar que formarão cada órgão, sendo que cada membro eleito, cumprirá mandato de 02 (dois) anos.

Devem compor o Colegiado Escolar o Diretor da Unidade de Ensino, que é seu presidente natural, e representantes dos segmentos: professores, servidores da unidade de ensino, pais ou responsáveis de alunos que estejam regularmente matriculados e que sejam frequentes, na proporção de 2 (dois) membros para cada seguimento, sendo um titular e um suplente.

Ao Colegiado, dentro de sua competência, cabe fiscalizar o Funcionamento da escola, o cumprimento de suas Finalidades, a estrita observância do Regimento Escolar, bem como deve promover a integração da escola com a comunidade, além de, em parceria com toda a comunidade escolar e demais órgãos colegiados, criar condições que visem a preservar a autonomia pedagógica, administrativa e financeira da Escola, buscando, sempre, instrumentalizar a equipe gestora para que se obtenha, sempre, uma prática democrática no trato com o ensino público. Finalmente, de acordo com o artigo 18º do Regimento Escolar, “O Colegiado terá funções de caráter deliberativo, consultivo, de monitoramento e avaliação nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar, respeitadas as normas legais.”

Momentos de reflexão coletiva são indispensáveis para a construção de uma escola viva e democrática. Como citou BARBIER (1996) Projetar significa procurar intervir na realidade, a partir de determinadas representações sobre problemas do presente e sobre suas soluções. Porém, segundo Veiga (1997),

um PPP construído corretamente não vai garantir que a escola se transforme magicamente em uma instituição de melhor qualidade, mas pode permitir que os envolvidos tenham consciência de seu caminho, interfiram nos limites, aproveitem as potencialidades e resolvam as dificuldades detectadas com melhor qualidade e aberto para uma sociedade em constante mudança. (Veiga;1997, s/n.)

Por isso, além do Colegiado Escolar, deve-se buscar apoio no Conselho Escolar, que é constituído pelos professores, pela equipe técnico-pedagógica e representantes de pais de alunos. Ainda, do Conselho de Classe, que é suporte pedagógico de extrema eficácia, cujas reuniões devem acontecer no final de cada bimestre, para que seja realizado um diagnóstico e feito um planejamento para intervenção pedagógica eficiente e eficaz.

Dessa forma, o Conselho de Classe tem como objetivos: a) servir de fórum de discussão para a definição de objetivos a serem alcançados em cada disciplina

relativamente a cada ano de escolaridade; b) definir metodologias e estratégias de ensino; c) definir critérios de seleção de conteúdos curriculares; c) criar projetos coletivos de ensino e atividades; d) estabelecer formas de acompanhamento dos alunos em seu percurso no tempo escolar; criar critérios para apreciação do desempenho dos alunos ao longo e ao final dos bimestres; e) estabelecer forma de elaboração de fichas de registros do desempenho do aluno para acompanhamento no decorrer dos bimestres e para informação aos pais.

Sendo assim, o Conselho de Classe tem competência para: Avaliar a prática pedagógica como um todo e em cada disciplina ou área de estudo; Definir critérios para a apreciação do desempenho dos alunos em séries; Caracterizar a turma enquanto um grupo sociocultural; Selecionar e problematizar as necessidades de aprendizagem das turmas; Identificar alunos com dificuldades de aprendizagem; Selecionar objetivos de ensino e Estruturar e avaliar projetos de trabalho.

Além dos Conselhos, a direção conta com o apoio da vice-diretora, principalmente nas questões administrativas, e com a supervisora relativamente aos assuntos pedagógicos. Sendo respeitado o espaço e a opinião de cada servidor e de cada um dos envolvidos com o processo educacional. Sendo certo, desta forma, encontrar, sempre, o caminho mais adequado para redução das dificuldades encontradas e elevar o sucesso da Escola Municipal Coronel Manoel Dias Ferraz.

6- RELAÇÕES DE TRABALHO

“Escola é... o lugar onde se faz amigos. Não se trata só de prédios, salas, quadros, programas, horários, conceitos... Escola é, sobretudo, gente que trabalha, que estuda, que se alegra, se conhece, se estima. O diretor é gente, o coordenador é gente, o professor é gente, o aluno é gente, cada funcionário é gente. E a escola será cada vez melhor na medida em que cada um se comporte como colega, amigo, irmão. Nada de “ilha cercada de gente por todos os lados”. Nada de conviver com as pessoas e depois descobrir que não tem amizade a ninguém, nada de ser como tijolo que forma a parede, indiferente, frio, só. Importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar, é também criar laços de amizade, é criar ambiente de camaradagem, é conviver, é se “amarrar nela!” Ora, é lógico...Numa escola assim vai ser fácil estudar, trabalhar, crescer, fazer amigos, educar-se, ser feliz”(Paulo Freire)

A Escola Municipal Coronel Manoel Dias Ferraz acredita nesse pensamento de Paulo Freire e pode-se afirmar que ocupa hoje um lugar de destaque na educação de São Lourenço-MG, porque entendeu que o sucesso só é possível em equipe. Cada membro é como um elo de uma grande engrenagem, todos precisam estar devidamente posicionados para que tudo funcione bem. Assim, com essa nova proposta, a escola está conseguindo concretizar o ideal de ofertar um ensino de qualidade a todos os seus educandos.

O primeiro passo a ser trabalhado pelo gestor é sua inteiração sobre as atribuições dos cargos de cada profissional para que posteriormente, certifique-se de que todos também estão cientes de suas atribuições. Para que em um momento oportuno, seja possível, explorar as habilidades individuais a favor da escola e sucesso dos alunos.

Ainda na perspectiva da gestão democrática e fortalecimento das partes para o enriquecimento do grupo é proposta uma relação sadia e funcional entre todos. Como por exemplo, na relação **Professor x Professor** a proposta da Escola Municipal Coronel Dias Ferraz, visa a que esses deverão trabalhar em cooperativismo, visando sempre à troca de saber, de experiências, que tenham como finalidade chegar a um bom desenvolvimento interpessoal, como também profissional.

Na relação **Professor x Alunos** os docentes deverão tornar-se mediadores para que os alunos não se tornem meros receptores dos conteúdos. Deverão despertar a sua criticidade, inteligência emocional, respeitando o pluralismo de ideias e aplicando conteúdos interdisciplinares, atraentes e atuais que venham ao encontro dos anseios dos discentes, neste mundo globalizado. Fazer com que seja

mantida a disciplina, o respeito mútuo em sala de aula e fora dela. Assim como a gestão deve gerenciar conflitos que porventura surjam, através do diálogo desprovido de quaisquer tipos de resquícios de discriminação e que vise sempre a assegurar a composição harmônica, estabelecendo que sanções disciplinares sejam a *última ratio*. Em hipótese alguma nem o gestor, nem o professor deverá incitar ou praticar a discriminação por motivo de raça, condição social, nível intelectual, sexo, credo ou convicção política.

A **Articulação com a Comunidade** ocorrerá, em sua maioria, nas dependências da escola, onde serão utilizadas para eventos, em culminâncias de projetos e para palestras. A comunicação com os pais ou responsáveis dar-se-á através de telefone, conversas individuais, reuniões, bilhetes, agendinha do estudante, boletim e outros que se fizerem necessários. Visto que a Escola prima pela parceria com a comunidade através de projetos que garantam essa integração, para que seja possível alcançar um ensino de aprendizagem qualitativo. Esse vínculo deverá ultrapassar a formalidade para atingir a realidade através de reuniões, culminâncias de projetos e festas da escola. Uma ação importante é a organização do gestor com parceria do coordenador pedagógico no planejamento das reuniões, as quais deverão ocorrer ao longo do ano letivo. Dessa forma, para a realização das reuniões de pais é construído um calendário no início do ano, com as reuniões previamente agendadas. A primeira destina-se a exposição do Plano de Ação da Escola, a constituição do colegiado escolar e a apresentação dos funcionários. Nesta reunião é entregue aos pais o Manual do aluno, no qual consta a programação anual de todas as demais reuniões e principais projetos pedagógicos.

É válido ressaltar que não é uma tarefa fácil. Várias tentativas foram feitas como reuniões coletivas, individuais, trabalho com psicopedagoga, psicóloga, conselho tutelar, CRAS e outros. Mas, propiciando momentos de confraternização; acolhimento aos pais com palestras; dia da beleza; aulas de dança e lanchinhos, sempre através de projetos, foi possível estar tão próximos da maioria das famílias. No entanto, o objetivo da gestão atual não para por aí, ou seja, não deseja que apenas a maioria esteja presente na escola e participando de fato da vida escolar de seus filhos, mas sim, a presença e a participação de todas as famílias. Para isso, a busca incessante por inovações, maneiras diferentes para aumentar ainda mais a participação da família na vida escolar do filho. Pois, a Escola Municipal Coronel

Manoel Dias Ferraz, tem a convicção de que a parceria família-escola é fundamental para o êxito na vida escolar da criança.

Uma de suas tarefas mais importantes, embora difícil de ser implementada, é preparar tanto alunos como professores e pais para viverem e superarem as dificuldades em um mundo de mudanças rápidas e de conflitos interpessoais, contribuindo para o processo de desenvolvimento do indivíduo. (DESSEN, POLONIA; 2007, p 25)

O desafio é grande e os empecilhos são vários e cada vez maiores. Mas, o sucesso vem após o planejamento do ano letivo e o monitoramento de seu desenvolvimento. Assim, a equipe gestora através do coordenador pedagógico realiza no início do ano letivo uma discussão sobre como será a execução do planejamento anual, respeitando as opiniões de todos os envolvidos e as respectivas especificidades de cada turma, organizando coletivamente e de forma flexível sua realização. Já as reuniões pedagógicas acontecem semanalmente e são espaços destinados a capacitações, trocas de experiências, estudos e discussões diversas. Além destas reuniões a escola busca sempre que possível oferecer aos professores outros momentos de capacitação e também de confraternização.

Um ambiente agradável a todos e propício aos estudos com o envolvimento de todos, profissionais e família. Essa é uma conquista que se busca incansavelmente e um compromisso de toda equipe.

7 - AVALIAÇÃO

7.1 – AVALIAÇÃO ESCOLAR DO EDUCANDO

Primeiramente se faz indispensável à compreensão de todos envolvidos no processo ensino-aprendizagem, ou seja, corpo docente, equipe gestora, pais e responsáveis e, principalmente, educandos quanto à função da avaliação na Escola Municipal Coronel Manoel Dias Ferraz, a qual visa romper laços com o lado negativo da avaliação tradicional, em que a avaliação era vista como um fim em si mesma e adotar novas propostas de avaliação, que segundo Caldeira (2000)

A avaliação escolar é um meio e não um fim em si mesma; está delimitada por uma determinada teoria e por uma determinada prática pedagógica. Ela não ocorre num vazio conceitual, mas está dimensionada por um modelo teórico de sociedade, de homem, de educação e, conseqüentemente, de ensino e de aprendizagem, expresso na teoria e na prática pedagógica. (p. 122)

Assim, conscientes que a avaliação faz parte de um processo e que essa não é neutra, ou seja, interfere no modelo de sociedade que se pretende reproduzir ou formar, a escola em questão tem o cuidado de ressaltar que a avaliação escolar aqui adotada visa inicialmente direcionar o trabalho do docente para que seja alcançado seu principal objetivo: a real aprendizagem do aluno. Castro afirma que:

A maneira como o sujeito aprende [passa a ser] mais importante que aquilo que aprende, porque facilita a aprendizagem e capacita o sujeito para continuar aprendendo permanentemente. Consciente do modo como o sujeito aprende [o professor e a professora] descubrem a forma de ajudá-lo (CASTRO; 2001. p. 74).

Assim, a avaliação não deve ser excludente tão pouco classificatória. Para que isso não ocorra a coordenação pedagógica da E.M. Cel. Manoel Dias Ferraz orienta seu corpo docente para que realizem pelo menos os três tipos de avaliações: a diagnóstica, que visa identificar o que o aluno já sabe sobre determinado conteúdo e assim, auxiliar no seu planejamento; a processual, aquela que ocorre durante o período em que está trabalhando determinado conteúdo, pois através dessa é possível analisar seu planejamento, ou seja, a necessidade de voltar ou segui-lo e por fim, a somativa. Nessa última, o professor consegue verificar, após consolidado o conteúdo o que o aluno assimilou ou não. No entanto, se analisar com um olhar pedagógico mais aguçado, é possível perceber, que embora com nomenclaturas diferentes, todas as avaliações acabam sendo diagnósticas, pois trata-se de um

ciclo, em que sempre devemos observar a aprendizagem do aluno, se assimilada deve-se seguir o trabalho, senão deve-se buscar intervenções para que a aprendizagem aconteça. Assim, a avaliação torna-se instrumento privilegiado de uma regulação contínua das diversas intervenções e das situações didáticas. Nesse sentido, Silva (2003; p. 45.), diz que:

A avaliação cruza o trabalho pedagógico desde seu planejamento até a sua execução, coletando dados para melhor compreensão da relação entre o planejamento, o ensino e a aprendizagem e poder orientar a intervenção didática para que seja qualitativa e contextualizada.

A Avaliação deverá incorporar, além da dimensão cognitiva, outras dimensões (cultural, social, biológica e afetiva) que fazem parte do processo de formação integral do educando. Neste sentido, a avaliação não pode considerar apenas o produto, mas também o próprio processo de aprendizagem e os aspectos atitudinais demonstrados pelo aluno.

Para manter uma diretriz, a gestão da E.M. Cel. Manoel Dias Ferraz em reunião com o seu corpo docente define, antes do início do ano letivo, como será a distribuição dos pontos. Sendo bimestres, com o valor de 25,0 pontos cada um. Assim, todos os professores seguem a seguinte distribuição; 10,0 (dez) pontos reservados para a Avaliação Bimestral; 8,0 (oito) pontos para a Avaliação Mensal; 6,0 (seis) pontos a serem distribuídos a critério do professor, seja através de trabalhos, pesquisas, seminários, etc; por fim, 1,0 (um) ponto de conceito. É considerado aluno com média ou intermediário aquele que obtiver metade do valor do bimestre, ou seja, 12,5 (doze pontos e meio). Abaixo desse valor é considerado aluno com baixo desempenho devendo imediatamente participar da recuperação paralela, que ocorre no término de cada bimestre, dependendo da dificuldade diagnosticada do aluno, a qual deverá ser analisada pela coordenação pedagógica. A família é convocada a comparecer à escola para tomar ciência da situação e colaborar com esse processo de recuperação.

A E. M. Cel. Dias Manoel Ferraz, adota a *progressão regular* que possibilitará o avanço do aluno de um para outro período anual. Sendo considerado aprovado, por meio de pontos cumulativos o aluno do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, de acordo com a LDB Nº 9.394/1996, que alcance frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) no total de horas letivas prevista e aproveitamento mínimo de 50 pontos em cada componente curricular. Ressaltando, que se

porventura, o aluno, não obtiver frequência de 75% (setenta e cinco por cento) no final do período letivo, mas apresentar rendimento satisfatório, a escola usa o recurso de reclassificação para posicioná-lo. O aluno que ao final do ano letivo não alcançar os 50 (cinquenta pontos) em cada componente curricular, será retido no ano (com exceção no 1º ano do Ensino Fundamental).

Quanto à *classificação* para posicionar o aluno em séries anuais, compatíveis com sua idade, experiência, nível de desempenho ou de conhecimento, é respeitado o processo de avaliação, o qual consta no Regimento Escolar desta escola, em que poderá ser feita através de: Promoção; Transferência ou Avaliação.

Reclassificar significa reposicionar o aluno em etapa diferente daquela indicada em seu histórico escolar. Essa deverá ser decorrente de manifestação de uma comissão presidida pela direção da escola e que tenha representantes docentes do curso no qual o aluno deverá ser reclassificado, bem como dos profissionais responsáveis pela supervisão das atividades pedagógicas.

Após o término de cada período letivo, o aluno com aproveitamento suficiente, mas com frequência global inferior à exigida em lei, poderá ser submetido a avaliação de reclassificação.

A verificação da aprendizagem através das avaliações previstas é realizada com base nos pontos distribuídos o candidato ou aluno deverá obter, no mínimo 50% em cada disciplina.

As avaliações versarão sobre conteúdos referentes ao nível imediatamente inferior ao do período pretendido.

A elaboração das avaliações fica a cargo de uma banca de professores especialmente designada para tal, presidida pela direção da escola.

Os documentos, atas, avaliações e outros trabalhos que fundamentam a classificação ou a reclassificação ficarão arquivados na pasta individual de cada aluno, na escola.

Por ocasião de sua transferência ou conclusão do curso, deverá constar no histórico escolar do aluno, a informação sobre o processo de classificação ou reclassificação a que ele possa ter sido submetido pela escola.

7.2 – AVALIAÇÃO DO PROCESSO

Assim como o processo de aprendizagem dos alunos é avaliado, o trabalho da equipe também deve ser avaliado. Com o mesmo intuito, ou seja, sempre buscando o sucesso da equipe e consecutivamente da escola e do aluno. Assim, Os pais e os alunos têm conhecimento do processo e dos resultados das avaliações de aprendizagem através dos boletins, das avaliações e trabalhos que são entregues nas reuniões que finalizam os bimestres, ou são chamados conforme as necessidades particulares de seus filhos para acompanharem o trabalho proposto pela escola. As formas de registros relativos ao processo de aprendizagem que os professores deverão estar atentos são: o diário, o boletim, fichas individuais e registros pessoais dos docentes e do Conselho de Classe realizado ao final de cada bimestre, gráficos bimestrais mostrando a aprendizagem e participação dos alunos.

Ainda para analisar o processo ensino aprendizagem temos a **Avaliação Institucional Interna**: avaliação do professor ao aluno; avaliação da supervisora ao professor; auto avaliação do professor; auto avaliação da supervisora; avaliação do professor e diretor ao supervisor; avaliação do diretor ao professor; auto avaliação do diretor; Avaliação do professor e supervisor ao diretor; avaliação do diretor a outros segmentos de funcionários da Escola e a **Avaliação Institucional Externa**, em que a Secretaria Municipal de Educação avalia a Escola como um todo; através do seu desempenho nos resultados das Avaliações Externas e através da Avaliação de Desempenho Individual dos funcionários realizada por uma Comissão Permanente de Avaliação eleita dentro da Escola, ao final do ano letivo.

Por último, porém não menos importante, há a avaliação da Proposta Político Pedagógica, a qual deverá ser feita pela escola com a parceria da comunidade, fazendo análise sobre o desenvolvimento da mesma. Realizada ao final do ano através de análise dos resultados, verificando se os objetivos definidos na Proposta foram alcançados ou determinar o grau de sua realização. Será a fase final da Proposta, onde serão relatados os pontos positivos e negativos que poderão nos direcionar na reprogramação da Proposta para os anos subsequentes.

Enfim, deve-se compreender que todo processo avaliativo deve priorizar um comprometimento amplo que envolve a responsabilidade, a ética e a manutenção dos valores intrínsecos as instituições e/ou as pessoas avaliadas. As avaliações buscam na sua essência resultados que servirão para confirmar determinadas práticas ou para desvelar causas que emperram os processos de ensino-aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do PPP – Projeto Político pedagógico – foi, sem dúvida, um momento de reflexão quanto ao que nos orienta, ou melhor, nos determina a legislação brasileira, notadamente os artigos: 205 e 206, VI, do texto constitucional (CRFB, 2008), pugnando pela efetivação de uma gestão democrática.

Atualmente, na Escola Municipal Coronel Manoel Dias Ferraz, pode-se verificar essa conquista, principalmente através do fortalecimento do seu colegiado escolar, que nem sempre participou de forma consciente e efetiva das decisões sobre os rumos da escola.

Nessa perspectiva, foi possível, também, sensibilizar a família dos educandos quanto à necessidade da efetiva participação na vida escolar de seus filhos. É válido ressaltar que, talvez, esse seja um dos maiores desafios enfrentados pela escola. Todavia, hoje, face ao que era, pode-se dizer, sem sombra de dúvidas, que houve uma melhora significativa nesse quadro. Bastos nos diz:

[...] a escola necessita da adesão de seus usuários (não só de alunos, mas também de seus pais ou responsáveis) aos propósitos educativos a que ela deve visar, e que essa adesão precisa redundar em ações efetivas que contribuam para o bom desempenho do estudante. (BASTOS;2002. p.58)

Outro fator positivo é o planejamento e organização de todos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, principalmente quanto ao planejamento pedagógico, a começar pelas reuniões de módulo, que são comprometidas com a formação continuada do corpo docente, objetivando sempre o sucesso da aprendizagem dos alunos, bem como o próprio planejamento anual, construído em harmonia com a matriz curricular e o livro didático, adequando-o à realidade do educando, de forma a garantir uma prática didática com sequência e coerência.

Outro ponto positivo é o reforço no contra turno que, somado ao suporte do serviço especializado de psicopedagogia, orienta a criança e seus pais em suas mais diversas necessidades, o que permite a realização de um processo avaliativo contextualizado e inclusivo, atendendo aos objetivos internos e externos da escola. Assim, pode-se afirmar que o conjunto dessas ações tem trazido um resultado positivo na prática pedagógica dos profissionais e dos alunos. Nesse sentido, é importante citar Içami Tiba que diz:

“O ambiente escolar deve ser de uma instituição que complemente o ambiente familiar do educando, os quais devem ser agradáveis e geradores de afetos. Os pais e a escola devem ter princípios muito próximos para o benefício do filho aluno”. (Içami Tiba;1996. p. 140)

Finalmente, pode-se afirmar que, ao reelaborar o Projeto Político Pedagógico da Escola M. Cel. Dias Ferraz, foi possível identificar e abordar pontos importantes que, no projeto anterior, se quer, foram abordados. Chega-se, então, à conclusão de que a reelaboração periódica e conjunta deste importante e fundamental instrumento é o caminho da verdadeira gestão democrática.

Assim, a Escola Municipal Coronel Manoel Dias Ferraz, dispõe atualmente de uma gestão democrática, pautada em um PPP bastante sólido que visa o pleno desenvolvimento da escola.

Seu PPP é direcionado, em especial ao bem estar do aluno, pois se tratando de uma escola que vem mudando seu perfil, todo o trabalho realizado tem por finalidade assegurar condições para o acesso e permanência na Escola em busca de uma educação de qualidade.

Hoje, a escola se vale de avanços bastante significativos como: autonomia, liderança e trabalho coletivo. Dessa forma constrói perspectivas para a construção de um ambiente escolar que realmente faça a diferença, conforme nos orienta Taylor e Vastos:

O ambiente escolar, a vibrante interação de criança, professor, currículo, ambiente, família e comunidade, é um microcosmo do universo: o espaço físico delimita o mundo; o sistema escolar e sua organização revelam a sociedade; as pessoas envolvidas na experiência de aprendizado formam a população. (TAYLOR e VASTOS; 1983. s/p).

Vale ressaltar que E. M. Coronel Manoel Dias Ferraz se estabelece de atitudes e ideias coletivas, que compreendem ações competentes e criativas, produzindo assim resultados significativos para a comunidade.

REFERÊNCIAS

APPLE, M W. (1991) “**Hey man, I’m Good**”: The aesthetics and ethics of making films in schools. In: Willis, G & Schubert, W. H. (Eds) Reflections from the heart of educational inquiry: Understanding curriculum and teaching through thr arts. New York: SUNY (Retirado do texto O campo do currículo no Brasil);

BARBIER, Jean. M. **Elaboração de Projetos de Ação e Planificação**. Porto: Porto Editora, 1996.

BRASIL, **Lei de Diretrizes**. Bases da Educação Nacional – LDBEN - Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996;

CASTRO, Amélia Domingues. **Ensino e avaliação escolar**. São Paulo: Thomson, 2001.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Legislação Educacional Brasileira**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. Disponível em: http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/106/O_DIREITO_A_EDUCACAO_Um_campo_de_atuacao_do_gestor_educacional_na_escola-Carlos_Roberto_Jamil_Cury.pdf. Acesso em: 10 de maio de 2014.

DILIGENTI, Marcos Pereira. **Avaliação participativa**. São Paulo: Mediação. 2003.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Disponível em: http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/qualidade_da_educacao.pdf. Acesso em 29/06/2014.

ESCOLA DE GESTORES – MEC. **Avaliação da aprendizagem, avaliação institucional e gestão escolar: a síntese necessária**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 19/07/2014

ESCOLA DE GESTORES – MEC. **Avaliação institucional: elementos para discussão**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 19/07/2014
Escola Municipal Coronel Dias Ferraz. **Proposta Política Pedagógica** . 2012. São Lourenço- MG.

FONSECA, João Pedro da *et al.* **Planejamento Educacional Participativo**. In: Revista da Faculdade de Educação. São Paulo, v.21, nº 1, pp. 79 – 112, jan/jun. 1995.

FREIRE, P e SHOR, I. **A pedagogy for liberation**: dialogues on transforming education. Londres: MacMillan, 1987. (Retirado do texto Propostas Curriculares Alternativas de Antônio Flávio Moreira); Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: os saberes necessários à prática docente. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo, Paz e Terra, 1970.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover: uma questão institucional**. São Paulo: Mediação, 2003.

IOB – Instituto IOB – **Direito Constitucional** – 2ª. Edição, São Paulo, Editora IOB, 2012.

MEDAUAR, Odete – **Coletânea de legislação administrativa e Constituição Federal** – 7ª. Edição, São Paulo, RT Editora Revista dos Tribunais, 2007.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **O Campo do Currículo no Brasil: os anos noventa. Currículo sem Fronteiras**, v.1, n.1, pp.35-49, Jan/Jun 2001. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org. Acesso em 29/06/2014.

NAVARRO, Ignez Pinto (et al.). **Avaliação: o processo e o produto** - 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 21/07/2014

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A Construção Coletiva do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola**. Sala PV. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em julho de 2014.

POLONIA, Ana da Costa and DESSEN, Maria Auxiliadora. **Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola.** Psicol. Esc. Educ. 2005.

Proposta Política Pedagógica – Escola Municipal Coronel Dias Ferraz. 2012. São Lourenço- MG.

RABELO, Edmar Henrique. **Avaliação: novos tempos, novas práticas.** São Paulo: Vozes, 2003.

SILVA, Janssen Felipe. **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas em diferentes áreas do currículo.** São Paulo: Mediação, 2003.

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.). **Avaliação Institucional:** A avaliação da escola como instituição –2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 21/07/2014

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.). **Níveis do Planejamento Educacional.** Disponível em: http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/educacao_texto1.pdf. Acesso em: 29/06/2014.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. [et.al.]. **Planejamento e Trabalho Coletivo:** Caminhos possíveis na Construção da Gestão Democrática da Escola. Universidade Federal do Paraná, Pró- Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba: Ed. Da UFPR. 2005. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em junho de 2014.

VEIGA, I. P. A. (Org) **Projeto Político Pedagógico – Uma Construção Possível.** Campinas, SP: Papirus, 1997.

VEIGA, Ilma Passos Alencar. **Projeto Político-Pedagógico da escola:** uma construção possível. Campinas: Papirus, 1996

WEB REFERÊNCIAS:

Vídeo – sala PV. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em junho de 2014.

Portal da Educação.

Disponível em: www.portaleducacao.com.br/Artigos/Temas para sala de aula. Acesso em agosto/2014.

www.fnde.gov.br/programas/dinheiro-direto-escola/dinheiro-direto-apresentação. Acesso em 12/07/2014.

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1441-6.pdf>

nesp.faced@ufjf.edu.br

Organização do Documento

Jeanete Beauchamp

Sandra Denise Pagel

Aricélia Ribeiro do Nascimento

Ministério da Educação

Secretaria de Educação Básica

Esplanada dos Ministérios, Bloco L, sala 500

CEP: 70.047-900 – Brasília – DF

Tel. (061) 2104-8612/8613 Fax: (61) 2104 -9269

Disponível em: <http://www.mec.gov.br> e <http://www.espacoacademico.com.br>

ANEXOS



Poder Executivo Municipal Secretaria de Educação



CALENDÁRIO ESCOLAR 2014 - EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

ESCOLA MUNICIPAL CEL. MANOEL DIAS FERRAZ

Resolução SEE nº 2368 de 09/08/2013

JANEIRO 04 DL							FEVEREIRO 20 DL							MARÇO 18 DL						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
			1	2	3	4							1							1
5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8	2	3	4	5	6	7	8
12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15	9	10	11	12	13	14	15
19	20	21	22	23	24	25	16	☆	18	19	20	21	22	16	☆	18	19	20	21	22
26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28		23	24	25	26	27	28	29
1 - Confraternização universal														30	31					
														4 - Carnaval						

ABRIL 19 DL							MAIO 20 DL							JUNHO 09 DL						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
		1	2	3	4	5					1	2	3	1	2	3	4	5	6	7
6	7	8	9	10	11	12	4	5	6	7	8	9	10	8	9	10	11	12	13	14
13	14	15	16	17	18	19	11	12	13	14	15	16	17	15	16	17	18	19	20	21
20	21	22	23	24	25	26	18	19	20	21	22	23	24	22	23	24	25	26	27	28
27	☆	29	30				25	☆	27	28	29	30	31	29	30					
1 - Desfile comemorativo							1 - Dia do trabalhador							19 - Corpus Christi						
18 - Paixão de Cristo																				
21 - Tiradentes																				

JULHO 14 DL							AGOSTO 19 DL							SETEMBRO 23 DL						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
		1	2	3	4	5						1	2	31	1	2	3	4	5	6
6	7	8	9	10	11	12	3	4	5	6	7	8	9	7	8	9	10	11	12	13
13	14	15	16	17	18	19	10	11	☆	13	14	15	16	14	☆	16	17	18	19	20
20	21	22	23	24	25	26	17	18	19	20	21	22	23	21	22	23	24	25	26	27
27	28	29	30	31			24	25	26	27	28	29	30	28	29	30				
														7 - Desfile cívico/Independência do						

OUTUBRO 19 DL							NOVEMBRO 20 DL							DEZEMBRO 15 DL						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
			1	2	3	4							1	30	1	2	3	4	5	6
5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8	7	8	9	10	11	12	13
12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15	14	15	16	17	18	19	20
19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22	21	22	23	24	25	26	27
26	☆	28	29	30	31		23	☆	25	26	27	28	29	28	29	30	31			
12 - Nossa Senhora de Aparecida							2 - Finados							25 - Natal						
							15 - Proclamação da República													

LEGENDA:

<table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 20px; background-color: red; border: 1px solid black;"></td> <td>Início/Término Ano Letivo</td> </tr> <tr> <td style="width: 20px; background-color: yellow; border: 1px solid black;"></td> <td>Feriados</td> </tr> <tr> <td style="width: 20px; background-color: lightblue; border: 1px solid black;"></td> <td>Recessos Escolares</td> </tr> </table>		Início/Término Ano Letivo		Feriados		Recessos Escolares	<table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 20px; background-color: lightgreen; border: 1px solid black;"></td> <td>Dias Escolares</td> </tr> <tr> <td style="width: 20px; background-color: pink; border: 1px solid black;"></td> <td>Sábados Letivos: 07/06 - Festa Junina e 04/10 - Festa da Primavera</td> </tr> <tr> <td style="width: 20px; background-color: lightblue; border: 1px solid black;"></td> <td>01/04 - Desfile comemorativo e 07/09 - Desfile cívico</td> </tr> </table>		Dias Escolares		Sábados Letivos: 07/06 - Festa Junina e 04/10 - Festa da Primavera		01/04 - Desfile comemorativo e 07/09 - Desfile cívico
	Início/Término Ano Letivo												
	Feriados												
	Recessos Escolares												
	Dias Escolares												
	Sábados Letivos: 07/06 - Festa Junina e 04/10 - Festa da Primavera												
	01/04 - Desfile comemorativo e 07/09 - Desfile cívico												

Total de dias letivos - 1º semestre 90

Total de dias letivos - 2º semestre 110

1º bimestre de 28/01/2014 a 04/04/2014 46

2º bimestre de 07/04/2014 a 11/06/2014 44

3º bimestre de 14/07/2014 a 30/09/2014 56

4º bimestre de 01/10/2014 a 19/12/2014 54

☆ Entrega das avaliações MENSALIS

□ Aplicação das avaliações MENSALIS

☆ Entrega das avaliações BIMESTRAIS

□ Aplicação das avaliações BIMESTRAIS



Poder Executivo Municipal
Secretaria de Educação



Escola Municipal Coronel Manoel Dias Ferraz

Lei Municipal nº 2519 de 11/10/2001 – Parecer CEE nº 139/02 de 27/02/2002 – Portaria nº 14/04

Endereço: Rua Heitor Modesto nº 360 – Bairro: Estação – Tel. (35) 3349-8482

São Lourenço – MG

PLANO CURRICULAR

EDUCAÇÃO INFANTIL – ORGANIZAÇÃO EM PERÍODOS

Base Legal: LDBEN nº 9394 de 20/12/1996 – Resolução CNE/CEB nº 05 de 17/12/2009

Vigência – 2013

Turno: DIURNO

	1º Período			2º Período		
	AS	MA	CHA	AS	MA	CHA
EIXOS DE TRABALHO						
Áreas de Conhecimento						
Componentes Curriculares						
Linguagem Oral e Escrita	5	200	166:40	5	200	166:40
Matemática	4	160	133:20	4	160	133:20
Natureza e Sociedade	2	80	66:40	2	80	66:40
Movimento	4	160	133:20	4	160	133:20
Música	2	80	66:40	2	80	66:40
Identidade e Autonomia	3	120	100:00	3	120	100:00
Arte	2	80	66:40	2	80	66:40
Subtotal	22	880	733:20	22	880	733:20
Recreio*	***	***	66:40	***	***	66:40
Total	22	880	800:00	22	880	800:00

* Na Educação Infantil o recreio deve ser incluído dentro das 800 h/a.

INDICADORES FIXOS:

DIAS LETIVOS ANUAIS: 200
CARGA HORÁRIA ANUAL: 800:00
DURAÇÃO DO TURNO: 4 HORAS
DURAÇÃO DO RECREIO: 20 MIN
Nº de semanas letivas: 40
Nº de dias da semana: 5

LEGENDA:

AS : AULAS SEMANAIS
MA: MÓDULOS SEMANAIS
CHA: CARGA HORÁRIA ANUAL

DATA: 06/02/2014

- Diretora Escolar –
Autorização nº _____ / SRE - Caxambu
E. Mun. Cel. Manoel Dias Ferraz



Poder Executivo Municipal
Secretaria de Educação



Lei Municipal nº 2519 de 11/10/2001 – Parecer CEE nº 139/02 de 27/02/2002 – Parecer CEE nº 645 de 13/09/2003 – Portaria SEE nº 1148 de 17/10/2003
Escola Municipal Coronel Manoel Dias Ferraz
Endereço: Rua Heitor Modesto nº 360, Bairro: Estação – Tel. (35) 3349-8482
São Lourenço – MG

PLANO CURRICULAR
ENSINO FUNDAMENTAL – 1º AO 5º ANO – ORGANIZAÇÃO EM ANOS
Base Legal: LDBEN nº 9394 de 20/12/1996 – Resolução CNE/CEB nº 07 de 14/12/2010
Vigência – ANO 2013
Turno: DIURNO

Áreas de Conhecimento	1º Ano			2º Ano			3º Ano			4º Ano			5º Ano		
	AS	MA	CHA	AS	MA	CHA	AS	MA	CHA	AS	MA	CHA	AS	MA	CHA
Língua Portuguesa	8	320	266:40	8	320	266:40	8	320	266:40	8	320	266:40	8	320	266:40
Matemática	8	320	266:40	8	320	266:40	8	320	266:40	7	280	233:20	8	320	266:40
História	2	80	66:40	2	80	66:40	2	80	66:40	2	80	66:40	2	80	66:40
Geografia	2	80	66:40	2	80	66:40	2	80	66:40	2	80	66:40	1	40	33:20
Ciências da Natureza	2	80	66:40	2	80	66:40	2	80	66:40	2	80	66:40	2	80	66:40
Educação Física	2	80	66:40	2	80	66:40	2	80	66:40	2	80	66:40	2	80	66:40
Arte	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***
Ensino Religioso	1	40	33:20	1	40	33:20	1	40	33:20	1	40	33:20	1	40	33:20
Turismo	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	1	40	33:20
Módulos Semanais e Anuais	25	1000		25	1000		25	1000		25	1000		25	1000	
Carga Horária Anual			833:20			833:20			833:20			833:20			833:20
Parte Diversificada															
Total															

INDICADORES FIXOS:

Nº DE DIAS LETIVOS: 200
Nº DE DIAS SEMANAIS: 05
Nº DE SEMANAS LETIVAS: 40
DURAÇÃO DO MÓDULO: 50 MIN
CARGA HORÁRIA ANUAL: 833:20

DURAÇÃO DO RECREIO: 20 MIN

DATA: 10/02/2014

LEGENDA:

AS: AULAS SEMANAIS
CHA: CARGA HORÁRIA ANUAL
MA: MÓDULOS ANUAIS

Aut nº. _____
- Diretor (a) Escolar –
E. M. Cel. Manoel Dias Ferraz